DISCUSSÃO DE GÊNERO NA ESCOLA: UMA ABORDAGEM NECESSÁRIA

FABIANA PERES CERQUEIRA NASCIMENTO

RESUMO
O objetivo deste artigo é discutir a área de discussão de gênero nas instituições educacionais. Para que possamos adquirir uma compreensão de como as relações sociais desiguais entre homens e mulheres, derivados do sistema capitalista e patriarcal. A Como formadora de opiniões, a escola tem o dever de estabelecer relacionamentos respeitosos e igualitários, envolvendo discussões sobre as diferenças entre cidadãos. Para haver interações respeitosas entre seres humanos, lutando contra a exclusão, o controle e uma infinidade de outras formas de preconceito que a sociedade tem. As opressões existentes na educação escolar "tradicional" com a introdução da discussão da temática em questão.

Palavras-chave: Gênero, Escola, Patriarcado.

ABSTRACT
The purpose of this article is to discuss the area of discussion of gender in educational institutions. So that we can acquire an understanding of how the unequal social relations between men and women, derived from the capitalist and patriarchal system. A As an opinion maker, the school has the duty to establish respectful and egalitarian relationships, involving discussions about the differences between citizens. To have respectful interactions between human beings, fighting against exclusion, control and a multitude of other forms of prejudice that society has. The oppressions existing in "traditional" school education with the introduction of the discussion of the theme in question.

Keywords: Gender, School, Patriarchy.

INTRODUÇÃO

O movimento feminista e outras correntes sociais vêm lutando há muito tempo para que as escolas incluam discussões sobre gênero. Na nossa sociedade, que é extremamente machista e opressora, homens e mulheres são tratados de forma desiguais. É necessário oferecer formação que nos leve a pensar criticamente sobre a posição da mulher na sociedade, desnaturalizando as desigualdades sociais criadas pelo patriarcado e não atribuindo essas desigualdades a fatores e condições biológicas ou físicas. Isso é necessário para evitar que as relações de poder sejam construídas nas escolas.

Essa questão é crucial na luta pela reflexão da condição das mulheres e, portanto, da existência humana. É necessário construir formas de vida livres para homens e mulheres, criando relações iguais que permitam que ambos desenvolvam suas potencialidades em uma sociedade em que não há exploração ou dominação social. As sociedades estabeleceram níveis de submissão e inferioridade em relação ao homem, não apenas na esfera familiar, mas também na esfera pública, como por exemplo, no mercado de trabalho, por meio do pagamento de salários inferiores à percebida por homens e brancos por meio do exercício de funções comparáveis ou duplas jornadas trabalho. A discriminação foi e continua sendo sentida nos espaços privados e públicos de poder que, quase sempre, refletem a participação política tímida de mulheres, negros e gays limitado ou ilegal.

Simone de Beauvoir é uma autora que fala sobre as questões de gênero em um de seus livros, "O segundo sexo". Em seu livro, ela discute os papéis que temos que representar na sociedade, as consequências, os desafios, o sofrimento e a luta para quebrar esses estigmas tão antigos. Este livro foi escrito em 1949, mas ainda é atual porque infelizmente alguns dogmas são tão profundamente arraigados na sociedade que são difíceis de quebrar. A história das relações de gênero ainda é um tema em desenvolvimento, apesar dos notáveis avanços realizados nas últimas décadas. Embora o campo de estudo tenha evoluído significativamente em pouco tempo, a consolidação do campo de estudo ainda é muito.

A discussão sobre gênero em sala de aula é importante porque é uma ferramenta de diálogo que nos permite discutir o assunto e aprender a respeitar e compreender as individualidades presentes na sociedade, sendo

todos cidadãos que merecem respeito, aceitação e o poder de tomar decisões e quebrar padrões em nossas vidas. Infelizmente, temos muito pouco material sobre o tema, então a pesquisa para o trabalho mencionado foi complicada. No entanto, tenho certeza de que esta pesquisa será muito útil porque me permitirá obter mais informações sobre este assunto e aumentar a quantidade de pesquisas disponíveis sobre este tema.

GÊNERO E SEU RELACIONAMENTO COM A ESCOLA

Ao contrário do conceito de sexo, que se refere apenas ao aspecto biológico, natural e determinado, entendemos o gênero como algo que está diretamente relacionado à construção social dos indivíduos homem e mulher. Como disse Cisne (2015, p. 85-86):

Seu objetivo surge da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres. Essas desigualdades devem ser analisadas como construções sociais, que são determinadas pelas relações sociais. O conceito de gênero também levou à análise da subordinação da mulher ao homem, ou seja, os estudos sobre as mulheres deveriam considerar a subordinação da mulher sempre em relação ao homem, e não apenas à categoria mulher.

Os organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) consideraram essa denominação mais adequada para tratar estudos sobre mulheres do que o termo "feminismo", embora tenha começado no meio acadêmico.

Portanto, é necessário discutir a categoria de análise do gênero para acabar com as divisões entre homens e mulheres, público e privado. Os estudos de gênero são os únicos meios de acabar com as desigualdades históricas contra as mulheres porque não identificam claramente os sujeitos das opressões. Por causa do feminismo materialista, é necessário relacioná-lo com as bases materiais e ideológicas do sistema patriarcal-racista-capitalista. Como afirma Cisne (2014, p. 127).

"[...] relações sociais desiguais de classe, "raça" e sexo, ou seja, para a transformação da realidade em sua totalidade". Como as mulheres são identificadas como sujeitas que sofrem opressão e vivenciam as relações desiguais do patriarcado em suas vidas por meio desses aspectos:

A ideia de que os gêneros são produzidos dentro de uma lógica dicotômica implica um pólo que se contrapõe a outro (portanto uma concepção única de masculinidade e feminilidade), e isso implica ignorar todos os outros sujeitos sociais que não se "enquadram" em uma dessas formas.

O rompimento da dicotomia pode causar danos ao caráter intrínseco do heterossexual, que muitas vezes está presente no conceito de “gênero”. (Louro, 1997, p. 34). Como resultado, alguns estudiosos criticam o conceito de gênero e acreditam que ele tem origens nas academias e se refere à heterossexualidade ou brancura. Eles também não relacionam todos os sujeitos que sofrem as diferentes formas de opressão e dominação pelo patriarcado. Como o termo "gênero" significa mudança, transformação e desconstrução. A escola, assim como a família, a igreja e outros lugares são lugares em que as pessoas vivem e interagem umas com as outras. A educação tradicional que vemos hoje separa e diferenciam meninos e meninas, rapazes e moças, por meio de ações, atividades, comportamentos e "ditas regras" baseadas na ordem dominante. isso resultando em diferenças entre os sujeitos do caso.

Para quem serve essa educação escolar convencional, que divide, classifica e considera normal e natural às relações sociais desiguais entre homens e mulheres? Meninas e meninos são vistos de forma diferente no cotidiano escolar. Em razão ao fato de que a educação sexista pode ser propagada no espaço escolar tradicional, a partir do cotidiano escolar. Assim, chegamos a um consenso:

Essas crenças foram interiorizadas e aprendidas, tornando-se quase "naturais", apesar de serem fatos culturais.

A escola desempenha um papel importante neste processo. Nossa "naturalidade" fortemente construída nos impede de mostrar que meninos e meninas, rapazes e moças, se movem, circulam e se agrupam de formas

diferentes nas escolas atuais. Observamos que eles parecem "precisar" de mais espaço do que realmente precisam e que parecem preferir "naturalmente" atividades ao ar livre. Os meninos tendem a "invadir" os espaços das meninas e interromper suas brincadeiras. E, normalmente, pensamos que tudo isso está intrinsecamente relacionado à "ordem das coisas". “(LOURO, 1999, p. 60)”.

Embora as relações sociais sejam formadas por eventos históricos e culturais, Devido à alienação da consciência humana, as ideologias patriarcais nos levam a crer e naturalizar os papéis sociais entre meninos e meninas. Fazendo com que haja conformismo e não acreditando que as coisas possam mudar, podemos nos conformar porque "sempre foi assim".
Subjugando a capacidade das pessoas de questionar ou não aceitar tal condição imposta, limitando as reais possibilidades dos indivíduos de ter suas liberdades, igualdades realmente exercidas, criando um mundo em que apenas seres humanos com direitos verdadeiros são dominados, explorados ou oprimidos, superando os estereótipos dos padrões tidos como normais e combatendo todos os tipos de preconceito. No entanto, na educação tradicional:

Vários estudos têm abordado os livros didáticos e paradidáticos, examinando as representações dos gêneros, grupos étnicos e classes sociais. Muitas dessas análises têm sugerido a ideia de dois mundos diferentes (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou de atividades "características" de homens e mulheres. Atividades escolares, como competições ou divisões de grupos de estudo, frequentemente estimulam a diferença entre meninos e meninas. [...] (LOURO, 1999, P. 74-79).

Com base em Louro (1999), entendemos que as escolas, como locais de formação de opiniões e distribuição de conhecimento, têm ajudado a manter relações desiguais entre homens e mulheres, ajudando a construir uma sociedade opressora e segregada. A ordem dominante serve aos interesses do capital, mas como a história pode mudar, é nosso dever como sujeitos formadores lutar, resistir e resistir a qualquer dominação e preconceito. Milhares de mulheres e membros da população LGBTT recebem direitos para viver em sociedades com valores morais e comportamentais que fazem parte das relações sociais diariamente. Portanto, entendemos que é necessário refletir sobre o preconceito como expressão do (neo) conservadorismo e relacioná-lo com a discussão sobre gênero.
Ainda assim, esses valores e formas de vida são construídos pelo ponto de vista da classe dominante e se manifestam em forma de preconceito e discriminação. Para aqueles que não se identificam ou aderem à ordem heteronormativa, patriarcal, racista e capitalista, esses mesmos valores e formas de vida são também construídos com base nessa ordem. Como resultado da naturalização das relações sociais e do próprio sexo biológico, que são consideradas normais, estabeleceu padrões iguais para todos (as):

O preconceito, expresso em várias formas de discriminação, é uma realidade objetiva para uma grande quantidade de homens e mulheres. Isso se deve ao fato de que as diferenças nos modos de vida e estilos de vida oferecem um ambiente propício à proliferação de várias formas de opressão. Historicamente, a intolerância e a falta de aceitação da diferença têm sido alvo de questões como raça, etnia, gênero e orientação sexual, entre vários outros temas. (MEQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, p. 67).

Assim, a falta de respeito pelas diferenças leva a piadas maldosas, desrespeito e intolerância, e na escola, meninos e meninas, homens e mulheres, gays e lésbicas são tratados de maneira diferente. Acabamos naturalizando os tipos de preconceito e discriminação, padronizando comportamentos, atitudes conservadoras e machistas, e carregando moralismo. Oprimimos pessoas como mulheres, negros, homossexuais e quaisquer outras maneiras de ser e viver em um mundo que não segue o modelo tradicional, heteronormativo e burguês que está portanto.
A discriminação é um resultado das relações sociais que estabelecemos, já que homens e mulheres só podem conviver em sociedade

e a discriminação sempre ocorre em relação ao outro. Por meio de brincadeiras, risadas e divertimento, colocando as pessoas em situações vexatórias (MESQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, p. 83).

Assim, vamos simplesmente seguir o senso comum e levar esses preconceitos para a vida cotidiana sem pensarmos criticamente sobre o que fazemos. Estabelecidos anteriormente e com uma forte base ideológica. A escola deve ser vista como um espaço "democrático" e de formação de opiniões para combater a discriminação e o preconceito porque as pessoas se enxergam de maneiras diferentes. Isso se deve ao fato de que não existe um "modelo ou padrão" único de vida e comportamento na sociedade, mas sim diferentes perspectivas e comportamentos. Concluímos que:

Todos os preconceitos são caracterizados por uma posição moral, já que, como demonstramos, são ao mesmo tempo juízos de valor falsos. Porque todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa em relação ao ato de escolher, deformando e, portanto, diminuindo a verdadeira capacidade de escolha do indivíduo. O preconceito é, em maior ou menor medida, o objeto da alternativa. O preconceito sempre depende de uma escolha relativamente livre, independentemente de quão prevalente e comum seja. (MESQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, p. 85).

Que lutemos por relações sociais diferentes, em que há caminhos, opções e oportunidades. Para desenvolvermos nossas potencialidades, precisamos nos reconhecer como seres humanos, livres e iguais. Além disso, desnaturalizando várias explorações e dominações, além de muitos outros preconceitos criados na escola e nesta forma de sociedade capitalista.

Azevedo, Costa e Paiva (2015) afirmam que o Plano Nacional de Educação (PNE) serve como base para as políticas educacionais do Brasil. O projeto foi desenvolvido com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional de Secretários de Educação
(CONSED), da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), do Fórum
Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), conforme estabelecido no artigo 214 da Constituição Federal Brasileira de 1988. Estabelecendo padrões, objetivos e planos para a política educacional, destacando valores como a promoção humana e trabalhando para acabar com o analfabetismo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB/1996, regula os PNE. Isso designa a União, Estados e Municípios como responsáveis por sua organização, estabelecendo metas para serem estabelecidas nos 10 anos seguintes. De acordo com as particularidades de cada município, os municípios de todo o país devem criar e estabelecer seus próprios Planos Municipais de Educação. No entanto, eles devem manter os princípios de respeito aos direitos humanos e valorização da diversidade, que são os pilares da educação básica em geral.

A questão de gênero foi removida do texto original no Congresso Nacional da PNE em 2014. As bancadas evangélicas e conservadoras na época argumentaram que as frases usadas no documento representavam uma "ideologia de gênero" que desfigurava os conceitos de homem e mulher e ameaçava o modelo tradicional de família.

"A superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional de gênero e de orientação sexual" foi o objetivo principal do texto vetado no documento da PNE.

Assim, assuntos sobre gênero e sexualidade foram levantados em todo o país nos últimos anos e projetos de lei municipais que proíbem a discussão de gênero e sexualidade nas escolas. Em Mossoró-RN, podemos citar o município de Mossoró-RN, em que foi elaborado o projeto de Lei Ordinária do Legislativo (PLOL) número 118/2015, proposto pelo vereador Nacizio Silva do Partido Trabalhista
Nacional (PTN). O projeto diz que “é proibido introduzir a “ideologia de gênero”, que substitui a expressão sexo por gênero no Plano Municipal de Educação (PME) e nos currículos escolares”. Em seu artigo "Gênero e Sexualidade no PNE (2014-2020)," Azevedo, Costa e Paiva afirmam:

“Discurso e sujeitos em Mossoró” (2015). No

dia 23 de junho de 2015, durante uma sessão extraordinária da Câmara Municipal de Mossoró, a PLOL 118/2015 foi aprovada por unanimidade. A votação ocorreu sem mesmo uma discussão sobre o assunto; os vereadores apenas se opuseram à discussão de gênero e sexualidade nas escolas, utilizando argumentos conservadores e tradicionais. Os autores nos informam que, a partir dessa situação, movimentos sociais como o Núcleo de Estudo da Mulher (NEM), o Coletivo Dê Bandeira e o Centro Feminista de 8 de Março (CF8) se uniram em várias manifestações públicas e reuniões para reivindicar o veto do prefeito à PLOL 118/15.
Além disso, o objetivo é aumentar a conscientização da comunidade sobre a importância dessa discussão no ambiente escolar. Movimentações, plenárias populares e reuniões com a categoria de educadores foram realizadas. Com o único objetivo de tornar a sociedade mais receptiva ao debate sobre questões de gênero e sexualidade. No entanto, os movimentos sociais insistiram que o prefeito não vetasse a PLOL 118/15.

Em razão a isso, podemos concluir que tanto o Congresso Nacional quanto o Senado, bem como a Câmara Municipal de Mossoró/RN, tiveram uma visão tendenciosa e distorcida do PNE 2014–2024 sobre a discussão da identidade de gênero e orientação sexual. Ao destacar essas questões, o PNE tinha como objetivo principal aumentar o conhecimento sobre esses assuntos com o objetivo de combater a evasão escolar em geral e abordar especificamente as várias formas de discriminação que ocorrem no ambiente escolar. (AZEVEDO; PAIVA; COSTA, 2015, p. 06).

Com base nesses dados, podemos concluir que as justificativas usadas para justificar a proibição da discussão de gênero e sexualidade nas escolas têm várias implicações, especialmente nas relações de gênero no ambiente escolar e na sociedade em geral. Proibir a discussão desses temas importantes está fortalecendo o patriarcado, o sexismo e o machismo. Contribuindo para a reprodução da escola opressora e discriminadora dessa forma. Tendo um impacto significativo na sociedade, como Junqueira, 2009, p. 15:

Milhões de jovens e adultos LGBT estão submetidos a um preocupante quadro de violência na escola e em seu entorno. Muitos deles vivem de maneiras distintas, delicadas e vulneráveis à internalização da homofobia, negação, autoculpabilização e autoaversão. Além disso, a participação ou ausência da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado são necessárias para que isso aconteça.
Assim, devemos considerar a importância de promover a discussão desses assuntos no ambiente escolar. Se ignorarmos as questões de gênero e sexualidade nos ambientes educacionais, estaremos permitindo que os modelos tradicionais e conservadores das relações entre os sexos continuem existindo e intensificando o sistema de opressão, dominação e exploração, incluindo descriminação contra LGBTs e marginalização das mulheres nas relações sociais de sexo.
Além disso, podemos pensar que, diante do exposto, apenas discutir esses temas nas escolas não será suficiente para acabar com os modelos conservadores que dominam nossa sociedade. É necessário ir além das discussões e criar alternativas que lutem pela construção de uma nova sociedade livre de opressão, exploração e domínio.
Ao trabalhar a questão de gênero na sociedade em sala de aula, os alunos devem aprender mais sobre o masculino e o feminino, refletir sobre as relações construídas de forma desigual, desenvolver conceitos, identificar preconceitos e trabalhar seus próprios preconceitos. Análises de músicas, textos, programas de televisão, contação de histórias, teatro, vídeos, imagens, discussões, oficinas e grupos de estudo são várias formas de colaborar.
Em um debate na Câmara dos Vereadores de São Paulo, Bruno Maia apresentou uma lista de várias conferências internacionais, tratados, convenções e acordos que podem ser esquecidos se os planos municipais de educação não incluírem os termos relacionados a gênero.
Um PME que contemple as discussões de gênero trata muito mais as mulheres, que representam 50% da população. Discutir o gênero nas escolas significa desconstruir a mentalidade machista e questionar a violência contra as mulheres. Questione em sala de aula por que eles têm salários mais baixos e

menos espaço no parlamento. [Questionar isso] envolve rastrear documentos internacionais que promovem os direitos das mulheres, desde a Carta das Nações Unidas até a Declaração dos Direitos Humanos, incluindo a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Civis às Mulheres, que concede às mulheres os mesmos direitos civis que os homens, [negar o gênero] é violar a Convenção Americana de Direitos da Mulher, a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher de 1953, a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1951, que trata de igualdade de remuneração entre gêneros, a Convenção da OIT de 1952, que trata de amparo materno, a Convenção da OIT de 1958, que trata de descriminação em relação ao emprego, a Resolução 156 da OIT de 1981, que aumenta a responsabilidade de todas as Formas de Discriminação sobre a Mulher em 1979, as conferências mundiais sobre a mulher em Copenhague e Nairóbi em 1980 e 1985, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher em Belém do Pará em 1994 e o Brasil assumindo vários compromissos internacionais em favor da igualdade de gênero. Nessa Casa, mulheres e meninas que foram contratadas por suas comunidades religiosas estão exibindo cartazes que rejeitam o gênero.

Daniela Auad, autora do livro Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola, discute a escola mista relacionando-a com o conceito de coeducação com base na análise de práticas escolares e no debate atual sobre o assunto. A autora conversa com estudiosas feministas que teorizam sobre o assunto. Ela sustenta que, embora a coeducação seja um requisito da educação mista, ela não é suficiente para garantir que isso seja alcançado. Ela também afirma que as identidades de gênero são construídas pelos sujeitos ao se identificarem socialmente e historicamente. O livro defende a igualdade com respeito às diferenças e mostra como isso pode ser feito na prática escolar em linguagem fácil de entender.

Além disso, a autora examina a história da criação da escola mista no Brasil, examinando o conteúdo do ensino, as normas, o uso do espaço físico, as técnicas e os modos de pensar, sentir e agir que perpetuaram a divisão e a hierarquização entre homens e mulheres, o que frequentemente leva à evasão escolar. As supostas diferenças sexuais naturais entre meninos e meninas são usadas pelos professores para dirigir a classe e manter a disciplina e a ordem, conforme afirma a autora. Um exemplo disso é a variedade de maneiras pelas quais meninos e meninas são distribuídos no espaço da sala de aula.

Os meninos, diferentemente das meninas, têm tendência a ocupar grandes espaços e participar de atividades dinâmicas que exigem expressão corporal mais ampla. Isso é demonstrado pela comparação de pesquisas sobre as realidades escolares em outros países da América Latina e da Europa. Assim, as relações de gênero afetam o modo como meninos e meninas se expressam fisicamente e aproveitam diferentemente os recursos oferecidos por movimentos, brincadeiras e jogos. Assim, os sistemas educacionais tradicionais no Brasil enfrentam o desafio de combater a promoção das desigualdades de gênero, já que não são compatíveis com uma sociedade democrática.

A autora descobriu que alunos, professores, agentes escolares, diretoras, coordenadoras e pesquisadoras podem estar na fronteira entre a construção de projetos de coeducação e práticas escolares desiguais em relação ao gênero.

Daniela Auad propõe uma mudança em vários níveis da educação para tornar esse projeto de política educacional viável. Isso inclui não apenas a legislação, o sistema educacional, as unidades escolares e os currículos, mas também a formação profissional, a paridade do professorado, os livros didáticos e as interações entre professores, professores, alunos e alunos. Isso abre a porta para uma política pública de igualdade de gênero que comece na escola.

A escola é construída e mantida pela comunidade. Os gestores, a equipe diretiva, os funcionários, os pais, os alunos e os professores também têm responsabilidades na organização e sucesso de todas as atividades escolares. Todos os membros da comunidade devem participar da implementação e construção do conhecimento e do desenvolvimento dos alunos. Os professores devem agir de forma imparcial, mas sempre enfatizando e fa-

zendo prevalecer o respeito pelas percepções e individualidades dos alunos. Eles também devem ser incentivados a combater preconceitos e ideias preconcebidas.
É importante que os alunos sejam incentivados a pensar, refletir e entender tudo o que os rodeia, incluindo hábitos, racismo, homofobia, desigualdades, diferentes percepções da sociedade e, especialmente, respeitar e entender que todos têm os mesmos direitos e individualidades. Em sala de aula, a inclusão e a igualdade de gênero devem ser priorizadas. Embora a abordagem do assunto nas escolas possa decepcionar alguns pais, é vital que o currículo contemple as diferenças. Primeiro passo para a quebra do preconceito é informar.
Em razão ao fato de que a homossexualidade e os gêneros ainda são considerados tabus, o tratamento do tema em sala de aula deve ser cuidadoso. As questões relacionadas à sexualidade devem sempre ser abordadas com o foco nos direitos e deveres dos cidadãos, bem como no respeito e na diversidade humana. Deve-se discutir os assuntos de acordo com as necessidades da classe, conforme os alunos perguntem.
A desigualdade de gênero continua a existir, embora mais mulheres e meninas frequentem as escolas e ocupem cargos de liderança e na política. Ainda existem diferenças entre os homens e as mulheres em relação ao acesso ao trabalho, à educação, à renda e ao salário. A pesquisa "Juventudes e Sexualidade no Brasil", publicada em 2004 pela UNESCO, revelou que 39,6% dos meninos não gostariam de ter um colega de classe homossexual. Isso mostra que está mais do que na hora de discutir o assunto nas salas de aula e, para evitar que os alunos sejam constrangidos, assediados ou intimidados pela escola ou pela família, a escola e a família podem fazer o que for necessário discuta com os alunos a importância e a obrigação de respeitar as diferenças e pense sobre como as pessoas que não seguem o "comportamento padrão" imposto pela sociedade sofrem muito. Faz parte disso falar sobre os vários tipos de orientação sexual, que incluem atração afetiva pelo mesmo sexo ou identificação física e mental com o sexo oposto.
O estudo "Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil" da Fundação Perseu Abramo mostra que, embora metade dos brasileiros que nunca frequentaram a escola tenha comportamentos homofóbicos, apenas um em cada dez brasileiros que frequentaram o ensino superior tem o mesmo comportamento.

CONCLUSÃO

A escola, assim como outras instituições como a família e a igreja, tem um papel importante no processo de socialização e formação humana, já que pode contribuir para o desenvolvimento de consciências críticas ou reproduzir ideologias dominantes, que contribuem especialmente para as relações de exploração e opressão. Portanto, a escola, assim como outras instituições como a família e a igreja, deve contribuir para o desenvolvimento de consciências.
Não se ensina a ser gay ou lésbica; em vez disso, se ensina a respeitar todos, independentemente de orientação sexual e sexo. Discutir o gênero não é uma obrigação para uma orientação sexual; em vez disso, ajuda a desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres e a criar uma cultura livre de ódio e violência contra as minorias.
Não existe uma ditadura ou doutrinação ideológica de gênero, existe o papel da escola em formar cidadãos e cidadãs para a convivência com respeito na sociedade, exercendo seu papel social. O Supremo Tribunal Federal reconhece todas as formas de família. Não há desrespeito às crenças dos alunos; além disso, o preconceito está presente na sociedade e se reflete na escola. Em razão ao debate sobre esse assunto, podemos concluir que o Congresso Nacional e o Senado, bem como a Câmara Municipal de Mossoró e outros municípios, estão priorizando seus pontos de vista conservadores e tendenciosos.
Manter a ordem e a reprodução do capital por meio de relações sociais desiguais é essencial para esses sujeitos. A bancada conservadora pode influenciar a opinião pública usando discursos falaciosos. As justificativas usadas são tão fortes que podem levar a um veto a um documento da PNE que visava estabelecer políticas para prevenir a evasão motivada por preconceito e discriminação, seja por orientação sexual ou identidade de gênero, criando redes de proteção contra formas relacionadas

de exclusão.

O objetivo principal desta proposta era transformar a escola em um local que fomenta o respeito às diferenças, eliminando o preconceito em seu ambiente e tornando-se um lugar que acolhesse todos. A escola é construída e mantida pela comunidade. Os gestores, a equipe diretiva, os funcionários, os pais, os alunos e os professores também têm responsabilidades na organização e sucesso de todas as atividades escolares. Todos os membros da comunidade devem participar da implementação e construção do conhecimento e do desenvolvimento dos alunos.

O professor deve agir de forma imparcial, mas sempre enfatizando e promovendo o respeito pelas percepções dos alunos e suas individualidades, ao mesmo tempo em que os incentiva e os ajuda a combater ideias preconcebidas e falsas.

O aluno deve ser estimulado a pensar, refletir e perceber tudo o que o rodeia, incluindo costumes, racismo, homofobia, desigualdades, diferentes percepções da sociedade e especialmente a respeitar e compreender que todos têm os mesmos direitos. Apesar do fato de que abordar esse assunto nas escolas pode deixar alguns pais receosos, é fundamental entender que o respeito às diferenças deve estar presente no currículo, o primeiro passo para a quebra do preconceito é informar.

Em sala de aula, a inclusão e a igualdade de gênero devem ser priorizadas. Assim, cheguei à conclusão de que a discussão aberta sobre as questões de gênero é fundamental para a construção do ser social do aluno. Isso se deve ao fato de que a forma como o aluno é educado e como ele se comporta afetam diretamente o meio em que vive. Sem impor padrões ou discriminar as pessoas por suas escolhas ou sexualidade, o caráter, os sentimentos e as ações devem ser valorizados. Assim, será possível construir uma sociedade mais flexível, menos violenta e menos discriminatória, em que todos tenham a liberdade e o respeito necessários para se desenvolver e crescer.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006. 96 p

AZEVEDO, Aline P; COSTA, Ana M. M; PAIVA, Pedro H. A. da S. GÊNERO E SEXUALIDADE NO P.N.E. (2014-2024): discursos e sujeitos no contexto mossoroense. II Congresso Nacional de Educação. Mossoró, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Disponível em Acesso em: 15 out 2016. DIZEM ESPECIALISTAS, Discussão de gênero nas escolas ajuda a combater violência. Disponível em Acesso em 28 de jun. 2024.

CISNE, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social. 2ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.

_____. Mirla. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

GENEROS, A igualdade de. Disponível em Acesso em: 25 de jun 2024.

HELLER, Agnes. Sobre os preconceitos. In: O Cotidiano e a História. Tradução de Carlos Nelson Countinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-quefoibanida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In. JUNQUEIRA, R. D. (Org). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Claucira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pósestruturalista. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MESQUITA, Mary Lúcia; RAMOS, Sâmya R; SANTOS, Silvana M. M. Contribuições á crítica do preconceito no debate do Serviço Social In: MUSTAFÁ, Alexandra M. (org.) Presença Ética vol. 1-anuario filosófico-social do GEPE-UFPE. Recife: UNIPRESS Gráfica e Editora do NE, 2001.

PNE 2014-2020. Disponível em: www.cedes.unicamp.br.

SEXUALIDADE, Porque a educação deve discutir gênero e. Disponível em Acesso em: 28 jun. 2024.

SEXUALIDADE, relações de gênero. Disponível em Acesso em: 20 de jun. 2024